

Paper do NAEA Volume 28

Direito à cidade e espaço público: perspectivas de contrausos do espaço a partir do movimento *hip hop*

Eryck de Jesus Furtado Batalha¹



RESUMO

Este trabalho tem como tema a luta pelo direito à cidade a partir da ação do *hip hop*. Diante de um processo de recuo do espaço público causado pela mercantilização da cidade, percebemos que praças, ruas e outros tipos de espaço vêm perdendo sua capacidade de promover o encontro das diferenças que compõem a cidade para se tornarem apenas rotas de circulação com pouca ou nenhuma permanência. Se trata da transformação da cidade em função do capital, reduzindo seus cidadãos a meros consumidores. Neste trabalho buscamos apontar uma possibilidade de compreensão do tema a partir do movimento *hip hop* que, através da ação em praças da cidade de Belém, pode representar uma alternativa a esse processo e apontar alternativas de uma redefinição destas enquanto espaços políticos de arte e cultura, aproximando-se do direito à cidade defendido por Henri Lefebvre, enquanto o direito à construção de uma cidade nova, que atenda às necessidades humanas de todos sem necessariamente obedecer uma lógica de consumo ditada pelo capital. Aqui apresentamos um levantamento bibliográfico realizado para situar nossa pesquisa no campo temático de estudos, que aponta as possibilidades de apreensão do *hip hop* enquanto ponto de referência na luta pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Espaço Público. *Hip Hop*. Movimentos Sociais.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: eryck_batalha@hotmail.com.

ABSTRACT

This work has as its theme the fight for the right to the city from the action of *hip hop*. Faced with a process of recoil of public space caused by the commercialization of the city, we realize that squares, streets and other types of space have lost their ability to promote the encounter of the differences that make up the city to become only routes of circulation with little or no permanence. It is about transforming the city into the function of capital, reducing its citizens to mere consumers. In this work we seek to point out a possibility of understanding the theme from the *hip hop* movement that, through action in squares of the city of Belém, can represent an alternative to this process and point out alternatives of such a redefinition while political spaces of art and culture, approaching the right to the city defended by Henri Lefebvre, while the right to the construction of a new city, which meets the human needs of all without necessarily obeying a logic of consumption dictated by the Capital. Here we present a bibliographic survey conducted to situate our research in the thematic field of studies, which points out the possibilities of *hip hop* seizure as a reference point in the fight for the right to the city.

Keywords: Right to the City. Public Space. *Hip Hop*. Social Movements.

.

INTRODUÇÃO

Lefebvre (1991) fala sobre o direito à cidade, não no sentido da apropriação de uma cidade secular, estática e sem vida, mas da transformação de uma cidade que possa atender as demandas da população para além do consumo. O autor nos diz que a realidade urbana foi profundamente transformada pela lógica capitalista de produção, criadora de um sistema de significações que visam o consumo, reduzindo o cidadão a mero consumidor e a cidade à mercadoria, ou ao menos local de escoamento de mercadorias.

O recuo do espaço público está diretamente relacionado com a transformação da cidade em mercadoria, visto que os sentidos alienantes que levam os indivíduos a se privarem de uma vida pública de contato com as diferenças que compõem a cidade são os mesmos que contribuem para que diferentes classes frequentem espaços diferenciados pela capacidade de compra e manutenção de padrões específicos de vivências (GOMES, 2014; LEITE, 2004). Um panorama em que o lucro substitui o lúdico e o simbólico, impedindo a criação de algo novo.

A superação deste modo de vida deve, segundo Lefebvre (1991), partir da inquietação de grupos ou classes inseridas nessa totalidade, responsáveis por propor iniciativas revolucionárias ou interventivas que poderiam solucionar os problemas urbanos vivenciados. O movimento *hip hop*, estudado por nós, representa a síntese de várias demandas sociais e políticas da vida urbana, que através da arte atribuem sentidos à própria luta e se apropriam de espaços, criando focos de resistência à lógica de consumo para a qual a cidade é direcionada.

Se, como afirma David Harvey (2012), o direito à cidade significa a capacidade de moldar o processo urbano, hoje sabemos que ele está confinado a uma elite política e econômica que trabalha cada vez mais para a criação de uma cidade que atenda seus interesses, deixando de lado o caráter democrático que deveria guiar este processo.

A luta de movimentos como o exemplificado acima pode ser considerada enquanto um esforço para uma vida urbana plena, renovada e transformada, que atenda às necessidades que vão além das ditadas pelo consumo, mas que podem justamente redefinir uma cidade do/para o cidadão, de forma democrática.

O *hip hop* se insere nesse processo enquanto um movimento que representa alternativas a partir da incorporação de demandas populares advindas das periferias das grandes cidades e a explicitação das mesmas em formas de arte que perpassam a música, a dança e a grafia, em espaços públicos por meio de suas atividades.

Neste trabalho optamos por analisar a ação do *hip hop*, considerado aqui enquanto um movimento enquadrado no paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS), em espaços públicos, agindo sobre o mesmo, alterando e sendo alterado pelas particularidades locais, tanto de seus participantes quanto do espaço em que realizam suas atividades.

O conceito de contra-uso, conforme apresentado por Leite (2004), pode nos ajudar a compreender o caráter afirmativo e revolucionário do *hip hop* nestes espaços. O autor define contra-uso enquanto um rompimento com as normas de uso impostas sobre espaços específicos a partir de interesses particulares de grupos hegemônicos. A objetivação de interesses e usos diferentes, por parte de grupos de resistência, representa um esforço em direção à concretização de um direito à cidade efetivo e que alcance todos os cidadãos de forma democrática.

Buscaremos, através da análise de um grupo de *hip hop* que atua na cidade de Belém, organizadores de batalhas de rap e outros eventos do movimento, identificar características que exemplifiquem o exposto acima, observando em quais pontos o movimento *hip hop* representa um contraponto ao recuo do espaço público e, conseqüentemente, à lógica de consumo que norteia a utilização desses espaços.

Nossos procedimentos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa. Realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, de modo a uma inserção no campo de pesquisa. Utilizamos uma abordagem etnográfica para recolhimento de dados em campo, através de nosso posicionamento enquanto observador como participante, através do qual pudemos observar as relações estabelecidas no espaço público em questão, assim como recolher relatos através de entrevistas não estruturadas com participantes do movimento.

O presente trabalho foi produzido para a apresentação de nosso tema de pesquisa no Seminário de comemoração dos 45 anos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e reúne elementos centrais da dissertação de mestrado, ainda em construção no momento de produção deste texto. O mesmo apresenta, em um primeiro momento, um levantamento bibliográfico que visa situar o leitor no campo temático abordado. Em seguida discutimos o recuo dos espaços públicos enquanto fenômeno que prejudica a luta pelo direito à cidade, apresentando alguns parâmetros que guiarão nossa análise sobre as praças estudadas. A seguir discutiremos a ação do *hip hop* no espaço público enquanto a efetivação de um contra-uso do espaço, assim como as potencialidades que essas ações incorporam. Por último apresentamos brevemente algumas perspectivas vislumbradas a partir da ação do movimento no espaço público que nos ajudam a pensar possíveis alternativas na luta pelo direito à cidade.

RELEVÂNCIA ACADEMICA DO TEMA PROPOSTO

A ação do movimento *hip hop* e os espaços públicos são temas que vem sendo abordados em várias pesquisas nas universidades do Brasil e de outros países da América Latina. De modo a compreendermos as diferentes abordagens sobre o tema foi realizado um levantamento preliminar da produção bibliográfica de pesquisadores das universidades brasileiras e de algumas universidades de outros países, como Colômbia e Chile. Este levantamento tem o objetivo de situar a pesquisa aqui proposta em um panorama amplo de pesquisas sobre o tema e justificar a importância da realização da mesma, destacando onde ela avança na produção de conhecimento deste campo.

Realizaram-se consultas em repositórios de artigos científicos, teses e dissertações de Instituições de Ensino Superior (IES) com programas de pós-graduação com avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), que direciona a busca para os diretórios de programa de pós-graduação de IES brasileiras; e no portal Scielo, que agrupa artigos e coletâneas de artigos publicados no mundo inteiro. Também foram incluídos trabalhos presentes nas referências nas produções encontradas. O levantamento focou em trabalhos que foram publicados a partir de 2000, pois percebemos que foi a partir de então que a produção acadêmica sobre o tema se intensificou no Brasil. Concentramos o levantamento nas seguintes áreas de concentração: “Geografia”, “Sociologia” e “Antropologia”. Os termos utilizados para a busca foram: “*hip hop*”, “Espaço Público” e “Movimentos Sociais”. Através do levantamento realizado encontramos 72 trabalhos, entre artigos, monografias, teses e

dissertações, que traziam como tema o movimento *hip hop* em sua relação com a juventude que o compõe, suas ações em espaços periféricos e centrais das cidades abordadas e os desdobramentos de sua presença em espaços públicos, representando as abordagens que definem a maioria das produções acadêmicas sobre o movimento encontradas.

No geral, os trabalhos levantados apontam para a importância de manifestações que atuem no sentido da valorização e/ou resgate da cidadania através da ocupação de espaços públicos das cidades estudadas. Notamos, através deste levantamento preliminar, que há uma lacuna nos estudos sobre *hip hop* espaços públicos. Tal lacuna consiste na carência de estudos que busquem relacionar a problemática da deterioração dos espaços públicos nas últimas décadas com a ação de grupos que representam um contraponto ao abandono dos espaços públicos. O estudo do movimento *hip hop* em relação direta com o tema do recuo do espaço público pode oferecer avanços com relação a este campo de estudos, no Brasil.

Com o intuito de organizarmos os trabalhos levantados para melhor análise de seus temas, agrupamos os mesmos em categorias, de acordo com a abordagem que utilizam ao tratar sobre o movimento *hip hop* o espaço público em sua relação com a cidadania. As categorias criadas são: *hip hop* identidade (ALVES, et al, 2016; BARBIO, 2011; CUENCA, 2016; DUTRA, 2017; SIMÕES, 2013); desafios nas abordagens de estudos sobre o *hip hop* (MENEZES e COSTA, 2010; SILVA e SILVA, 2008); *hip hop* e cidadania (ALVES, 2005, ECHAVARRÍA et al, 2011; LOPES et al, 2008; OLIVEIRA e SILVA, 2004; STOPPA, 2005); o *hip hop* enquanto movimento sociocultural (MORENO e ALMEIDA, 2009; GONZÁLEZ e NAVARRO, 2005; SANTOS, 2015; XAVIER, 2005; RODRIGUES, 2009).

De modo geral os trabalhos procuram apresentar o *hip hop* enquanto um movimento complexo que tem ligação direta com as pessoas que o compõem e os espaços em que se manifesta. Apresentam sua relação com a discussão acerca da cidadania, marginalização e pensamento crítico sobre as realidades vividas pelos protagonistas do movimento. A atuação do *hip hop* no espaço público é explicitada enquanto necessária para incitar a discussão acerca dos direitos que os cidadãos possuem perante a cidade. Os processos pelos quais o espaço público passa e as mudanças que têm ocorrido no mesmo também são abordados para que possamos compreender a natureza atual do mesmo.

Os trabalhos que compõem a primeira categoria se concentram em compreender de que forma os jovens, geralmente moradores de periferias, unidos por uma realidade socioespacial comum, encontram no movimento *hip hop* uma forma de se identificarem uns com os outros e com os seus lugares, combatendo a marginalização imposta sobre eles próprios.

Alves, Oliveira, Chaves (2016) e Barbio (2011) se ocupam em compreender de que modo o *hip hop* pode ser um recurso estratégico para que se crie uma identidade comum dentre os jovens atuantes do *hip hop*, catalisador de conscientização, participação e inclusão social. Os primeiros autores, através de um estudo de caso com jovens que residem em bairros periféricos de um município do interior de Minas Gerais, chegou à conclusão de que o *hip hop* pode ser um recurso importante em práticas socioeducativas de conscientização social (ALVES, 2016). O segundo problematiza o conceito de “jovem” para, a partir daí, tentar compreender de que modo a construção dessas identidades, pautadas nos seus locais de moradia e convivência podem ser dinamizadas através da inserção no movimento *hip hop* (BARBIO, 2011). Ambos os trabalhos veem o movimento como um catalizador de consciência crítica nos jovens que passam a viver o *hip hop*, podendo inclusive ser utilizado enquanto recurso estratégico para o engajamento de grupos de determinada comunidade ou bairro,

que encontram aí uma forma de lidar com a vulnerabilidade social a que estão expostos e se dediquem a uma participação social mais ativa.

Cuenca (2016) também trabalha a identidade a partir do *hip hop*, mas com o foco na marginalização a que o jovem da periferia é submetido. Ele critica o forte estigma social que reduz esses jovens a delinquentes, drogados e figuras violentas. Através de um procedimento etnográfico, o autor acompanhou alguns jovens da cidade de Cali, na Colômbia, com o objetivo de destacar a produção cultural que os mesmos possuem, reforçando suas identidades enquanto habitantes de bairros populares da cidade e mostrando que são muito mais do que a opinião pública costuma propagar.

Dutra (2007) e Simões (2013) se preocupam com a identidade dos jovens no *hip hop* a partir da relação entre o caráter global do movimento e a particularidade local que ele incorpora quando se estabelece ao redor do mundo. Dutra (2007), partindo de uma abordagem qualitativa e realizando uma análise da produção musical, defende que o rap, dimensão musical do *hip hop*, não é somente uma reprodução de algo importado, mas que ele é produzido localmente, incorporando particularidades, expressão de uma identidade local. O autor realizou várias entrevistas com Mc's em gravadoras com o intuito de relacionar suas trajetórias pessoais com a música que eles produzem. Isso possibilitou que o autor entendesse que que forma as realidades destes protagonistas influenciaram a criação de uma identidade com o *hip hop*.

Simões (2013) também se preocupa em entender de que forma o *hip hop* é adotado e adaptado a nível local, criando identidades. Realizando uma pesquisa etnográfica, o autor busca explicar de que forma o movimento cria convergência e divergência cultural em seus sujeitos, utilizando três dimensões da realidade destes como base para compreender essa construção e o conflito entre o local e o global: a etnicidade, a classe e o gênero. Chegou à conclusão de que, no recorte estudado, a classe e o gênero são dimensões onde existe menos segregação, mas que as mulheres ainda representam minorias na produção do movimento *hip hop*. Percebeu-se que o contato entre a dimensão global e local do movimento é responsável por criar particularidades que vão diferenciar o *hip hop* em suas várias manifestações em diferentes regiões, ao mesmo tempo que garante um reconhecimento dentre eles, através das bases em comum que partilham, como o ritmo, a linguagem e a preocupação com temas relacionados ao cotidiano de seus protagonistas.

Os trabalhos que se preocupam com as abordagens dos estudos sobre o *hip hop* apresentam alguns cuidados e recomendações importantes para que as pesquisas sobre o tema não reproduzam visões nocivas ao movimento, reafirmando discursos que fogem às propostas do mesmo, assim como buscam compreender as trajetórias teórico-metodológicas que podem contribuir para a realização dos estudos sobre o *hip hop*.

Silva e Silva (2008) apresentam uma pesquisa que se preocupa com a abordagem que os trabalhos sobre o *hip hop* possuem no que diz respeito à identidade desse grupo. A relação entre a identidade do movimento e o conceito de cidadania é problematizado para que se entenda as concepções que entendem o *hip hop* enquanto uma forma de controlar a rebeldia de jovens pobres da periferia. Para os autores, essa lógica identitária é a expressão acadêmica de algo que chamam de “paradigma preventivo” (SILVA; SILVA, 2008), uma forma de se antecipar a uma natureza violenta atribuída por classes altas a moradores de favelas e periferias das grandes cidades. Silva e Silva (2008) ainda demonstram que esses ideais corretivos não buscam entender ou encorajar o potencial transformador que o *hip hop* pode

oferecer, mas sim privar toda mudança que pode advir de uma ação de rompa os limites dos bairros a que estão confinados, atitude que incomoda aqueles que desenvolveram o medo dos “pobres” nas grandes cidades.

Tal estudo sobre paradigmas preventivos é importante para não cairmos em uma armadilha na realização da pesquisa proposta aqui. Servir a propósitos que buscam limitar as ações de um movimento que procura superar a marginalização de jovens moradores de periferias significa regredir nos rumos que os estudos sobre movimentos se propõe a trilhar.

Menezes e Costa (2010) desenvolvem, a partir de uma reflexão teórica sobre os procedimentos metodológicos que vem sendo empregados na pesquisa do campo-tema movimento *hip hop*, um trajeto acerca das contribuições do pós-estruturalismo, construcionismo e etnografia, visando as contribuições que essas perspectivas podem oferecer para tais estudos. Os autores indicam a importância da reflexão sobre os procedimentos metodológicos sempre de acordo com as particularidades dos agentes estudados e com o objetivo da pesquisa em questão, abrindo mão de um posicionamento enraizado acerca do foco da pesquisa.

Os trabalhos selecionados que se preocupam em relacionar o movimento *hip hop* com a cidadania focam na importância das discussões realizadas pelos protagonistas do movimento no que se refere a consciência crítica acerca dos problemas que atingem as periferias, assim como a necessidade de ações para uma maior participação na luta pela garantia dos seus direitos.

Alves (2005), a partir de uma preocupação com os estigmas que recaem sobre jovens moradores de periferias se propõe a analisar as barreiras que separam tais indivíduos do exercício de uma cidadania plena e as ações encabeçadas para contrapor isso. Aponta para a forma com que jovens do Morro Bom Jesus e bairro Centenário, em Caruaru, lidam com os estigmas impostos, resignificando-os na forma de cultura e identificando alternativas à criminalidade. A partir de uma aproximação participativa, utilizando uma perspectiva etnográfica, o autor fez uso de recursos como entrevistas, gravações e registros visuais para coletar dados. O autor destaca como esse processo, protagonizado por moradores dessas comunidades, aponta para formas eficazes de exercício da cidadania no espaço estudado.

Resultados semelhantes foram encontrados por Echavarría, Linhares e Rincón (2011), na cidade de Bogotá. Foi realizado um estudo de caso onde, através de oficinas pedagógicas coletou-se dados que foram analisados a partir de uma perspectiva de análise do discurso. Nesse caso, além do objetivo de buscar melhores condições de vida para os habitantes de bairros populares da cidade, ficou claro o objetivo de se impor politicamente buscando também o fortalecimento do próprio movimento *hip hop*, visto enquanto essencial para a constituição de uma sociedade mais democrática e inclusiva no recorte estudado pelos autores.

Oliveira e Silva (2004) buscam estudar a relação da juventude pobre, movimento *hip hop* e sua relação com as instituições que promovem políticas públicas para segmentos da sociedade menos favorecidos. Se preocupam em analisar, a partir de análise documental, o papel que o movimento possui em um momento em que a abertura para a participação deste em projetos destinado a criação de políticas públicas é crescente, demonstrando a importância do *hip hop* enquanto precursor de análises críticas das realidades em que é adotado.

Já Stoppa (2005) através de um estudo de caso sobre organizações do *hip hop* em Guarulhos traz a perspectiva do lazer para a discussão. Demonstra que o movimento produz espaços onde as atividades de lazer propostas com batalhas de rap contribui para que moradores

da periferia da cidade busquem uma cidadania plena, criticando ações governamentais que privilegiam determinados setores da sociedade, classes mais altas, em detrimento de outros, carentes de políticas públicas que garantam atividades de lazer.

Os autores que se preocuparam em estudar a ação coletiva do *hip hop* em busca dos objetivos apresentados pelos trabalhos acima notaram que ela pode se dar de várias formas, assumindo configurações diferentes e estratégias que se adequam aos objetivos galgados pelos protagonistas do movimento.

Moreno e Almeida (2009), por exemplo, se preocupam em entender a inserção de jovens protagonistas do *hip hop* na militância política em Campinas. Demonstram que a socialização em seus espaços, assim como a convivência com privações decorrentes de políticas públicas insuficientes para atender as necessidades dos moradores de comunidades carentes contribuíram para que organizações fossem criadas em torno de grupos de *hip hop* na cidade.

Gomes (2012) em estudo realizado também em Campinas, parte de uma abordagem territorial sobre o tema para demonstrar como o *hip hop*, movimento não institucional em seu cerne, conquistou espaços na política formal, concorrendo a cargos públicos, participando da criação de leis e concorrendo a editais. Tudo isso através da apropriação de técnicas e conhecimentos sobre os processos institucionais que influenciam estes jovens de forma direta.

Buscando na história dos movimentos culturais de Iquique, no Chile, uma forma de compreender a emergência do *hip hop* enquanto movimento social na cidade, González e Navarro (2005) interpretam as formas de associação juvenis emergentes e demonstra que o *hip hop* surge enquanto um movimento contracultural que busca romper com uma “lógica adultocêntrica” que oprime segmentos da sociedade e formas de expressão como as utilizadas pelo *hip hop*.

Os autores ainda relacionam o movimento com o contexto social e histórico vividos pela América Latina, afirmando que se trata de uma manifestação importante pela conquista de direitos às classes menos favorecidas (GONZÁLEZ; NAVARRO, 2005).

No que diz respeito a essa insurgência de focos de resistência a uma lógica que oprime determinados segmentos da sociedade, Santos (2015) nos diz que o *hip hop*, também fruto da globalização, assume um caráter contraditório a partir do lugar, criando uma espécie de força local que se contrapõe ao global, assumindo agendas locais de luta por direitos a partir do protagonismo de jovens atuantes do movimento.

É a partir desses jovens, também, que esses lugares vão ganhar novos sentidos. Xavier (2005), também a partir de uma perspectiva territorial, como Gomes (2012), defende a tese de que a criação de espaços centrais e periféricos, por uma nova ordem global, faz com que haja desequilíbrio na concentração de serviços e políticas públicas. Os jovens do movimento *hip hop*, nesse sentido, serão responsáveis por novas formas de usos do território, dotando as periferias de São Paulo, recorte utilizado pelo autor, de novos usos. Uma subversão de sentidos a favor da luta por direitos, protagonizada pelo movimento *hip hop*.

Rodrigues (2009), a partir de uma abordagem também territorial sobre o tema, chega a conclusões semelhantes às de Xavier (2005), apontando algumas das críticas recorrentes do movimento, como a crítica à visão hegemônica que representa a periferia e a favela enquanto espaços da violência, crítica ao racismo, crítica ao Estado e à sua política de segurança que é uma das responsáveis pela segregação socioespacial que acomete estes espaços.

Percebemos que os trabalhos levantados, em sua maioria, possuem uma abordagem sobre o *hip hop* enquanto um movimento que mobiliza jovens, moradores de periferias, para uma ação coletiva que visa, através da produção cultural e ocupação de espaços na cidade, denunciar questões referentes ao alcance de uma cidadania plena.

O levantamento realizado possibilitou que tivéssemos uma noção do panorama geral da produção acadêmica sobre o movimento *hip hop* no Brasil e em alguns países da América Latina. Notamos que a preocupação sobre o caráter social do movimento, sua relação com a vida na periferia das grandes cidades e o contato direto dos seus protagonistas com o tema da cidadania são recorrentes nos estudos que se propuseram a adentrar no campo-tema, diretamente relacionados, na referência apresentada neste tópico, com uma realidade urbana no contexto de um capitalismo tardio, com estruturas sociais excludentes que marginalizam grupos como o que estudaremos aqui.

O panorama apresentado nos situa em um cenário em que a importância dos estudos relacionados à ação do *hip hop*, enquanto movimento que se preocupa com os problemas sociais vividos nas periferias do país e age em prol de uma ação coletiva, que visa o engajamento de jovens na propagação de discursos que criticam tais entraves para o alcance de uma cidadania plena, se alia à importância de estudos que apontam o espaço público dessas mesmas cidades enquanto foco da demonstração dessa mesma cidadania.

A relevância acadêmica da pesquisa em parte sistematizada neste artigo repousa na necessidade de estudarmos a ação concreta destes grupos nas praças apresentadas, avançando, assim, no conhecimento da trajetória desses grupos no cenário atual de recuo dos espaços públicos. As manifestações do movimento *hip hop* nos espaços públicos em Belém, tanto por trazer como objeto empírico uma realidade com poucos estudos no campo-tema apresentado, quanto pela necessidade de aprofundamento da ação destes grupos tanto em áreas periféricas quanto em áreas centrais da cidade, nos oferece uma oportunidade de alcançar uma noção ampla da relação entre esses dois tipos de realidades.

O RECUO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Para compreendermos o processo de recuo do espaço público conforme apontado por Gomes (2014), suas causas e desdobramentos na vida urbana, precisamos estabelecer o que entendemos por espaço público, assim como sua importância para a cidade e seus habitantes.

Partindo do conceito apresentado por Serpa (2007, p. 9), podemos definir o espaço público enquanto “o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade”, ele complementa dizendo que também se trata de um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais cotidianos” (SERPA, 2007, p. 9). A ação política a qual ele fala pode ser compreendida como a ação de diferenças que se encontram, criam tensões e se complementam, em um processo de igualdade.

Leite (2004) nos ajuda a compreender esse processo. Segundo o autor, esse contato entre sujeitos e grupos diferentes é essencial para que as diferenças que compõem a cidade sejam legitimadas diante uma das outras, reafirmando suas particularidades. Será justamente

no espaço público que essas diferenças poderão coexistir e se tornar visíveis entre si. A dinâmica dentre esses grupos parte da relação entre a afirmação singular de cada um e a convergência mínima de sentidos coletivos que permitam a coexistência. Quanto maior a potencialidade de apropriações simbólicas que o espaço abarca, maior sua potencialidade política. É o que o autor chama de comunidade política do desentendimento (LEITE, 2004). O desentendimento tratado pelo autor “não se confunde com falta de conhecimento ou mal-entendido, mas implica a existência de concepções discursivas diferentes sobre uma mesma coisa” (LEITE, 2004, p. 312). Não somente a base da diferença, mas também a forma de inserção dessas diferenças no espaço.

Por fim, Gomes (2014), assim como Serpa (2007) e Leite (2004), compreende que a diferença é importante para entendermos o conceito de espaço público, sendo este o espaço da vida pública, onde se exercita a “arte da convivência”. Ele acredita que o substrato físico orienta os comportamentos e práticas nesses espaços, que, em uma relação de interdependência, também reafirmam seu caráter público. Essa relação dá origem a uma forma conteúdo responsável pela mediação dessas diferenças, o lugar do conflito e das problematizações relacionadas ao cotidiano (GOMES, 2014).

Tendo demonstrado a importância dos espaços públicos para a dinâmica política da cidade, ou seja, uma manifestação espacial dos princípios de convivência entre as diferenças que compõem a totalidade urbana, podemos compreender os malefícios do recuo deste espaço, que pode representar inclusive um recuo da própria cidadania.

Gomes (2014) identifica quatro processos responsáveis pelo recuo do espaço público nas grandes cidades, sendo eles: a crescente apropriação privada dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas.

A apropriação privada dos espaços comuns pode ocorrer tanto do ponto vista físico quanto do simbólico. Gomes (2014) aponta duas formas pelas quais esse processo pode ocorrer.

A primeira diz respeito ao crescimento do setor informal da economia nas cidades. Os locais onde a circulação é grande, geralmente locais públicos com algum tipo de valorização, é explorada por sujeitos como camelôs, prestadores de pequenos serviços, guardadores de carro, etc., que desenvolvem suas atividades através de uma apropriação que não atende interesses comuns, cenário em que “a dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passageiro ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor” (GOMES, 2014, p. 178). Estabelecimentos residenciais também contribuem para esse processo a partir do momento que criam barreiras físicas e simbólicas que impedem o contato com os diferentes. O fechamento de ruas ou praças com grades e guaritas são um exemplo de isolamento que vetam o acesso democrático ao espaço.

A progressão das identidades territoriais, segundo processo apontado por Gomes (2014), diz respeito ao fenômeno em que algumas identidades territoriais, ao buscar se afirmar perante outras em algum espaço, causam disputas sobre esse espaço, levando à fragmentação da cidade. Isso não significa que as identidades sejam nocivas, ao contrário, possuem total validade em seus lugares. O problema acontece quando a identidade fere a valorização da diferença nos espaços de contato com outras identidades, tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista simbólico.

O crescente emuralhamento da vida social, terceiro processo apontado por Gomes (2014), diz respeito ao autoconfinamento de determinados grupos, que estabelecem barreiras responsáveis por separá-los da vida pública. Enclausurados em condomínios fechados, shoppings centers, restaurantes, etc., esses grupos se sentem seguros do contato com as diferenças que compõem a cidade. Os espaços públicos, nessa dinâmica, se transformam em local de passagem, circulação, pouca ou nenhuma permanência (GOMES, 2014). Apenas aqueles que não podem ou não desejam desenvolver suas sociabilidades de forma privada permanecem no espaço público, tornando evidente uma clara separação de classes no espaço.

O crescimento das ilhas utópicas, quarto processo apontado por Gomes (2014), diz respeito à busca de ambientes homogêneos, onde o contato com a diferença pode ser evitado através do isolamento com o restante da cidade. Nestes espaços o contato cômodo com seus iguais leva a uma isonomia quase completa, são o que Gomes chama de “arremedo de cidade”, onde cidadão e consumidor se confundem (GOMES, 2014, p.187). Essas ilhas utópicas fragmentam a cidade, simulando condições de cidadania baseadas em valores monetários, garantindo o necessário para a manutenção da vida, mas sem uma sociedade plural.

O resultado do desaparecimento da vida comum, impulsionado pelos processos apresentados acima, é o desaparecimento das formas de sociabilidade que unem os diferentes segmentos sociais. “Trata-se, assim, do recuo do projeto social e espacial que está em ‘encolhimento’, muito embora ele ainda subsista como imagem mental em diversos segmentos pensantes da sociedade” (GOMES, 2014, p.174). Esses segmentos pensantes da sociedade, em que incluímos os vários movimentos de base social, política e cultural, representam, a nosso ver, uma alternativa aos processos responsáveis pelo recuo do espaço público.

Neste trabalho tomamos como referência quatro batalhas de rap que ocorrem em quatro praças da cidade de Belém que acreditamos oferecer interessantes parâmetros para compreendermos as formas de uso do espaço público em Belém pelo *hip hop*. As praças Floriano Peixoto, onde ocorre a Batalha de São Brás; a Batista Campos, onde ocorre a Batalha da Batista; a Praça do Triângulo, onde ocorre a Batalha do Triângulo; a praça Benedito Monteiro, Onde ocorre a Batalha do Guamá.

Não pretendemos, aqui, realizar uma descrição pormenorizada das batalhas de rap citadas e das praças em que ocorrem, compreendendo que a análise proposta cabe mais à compreensão de suas atividades e da natureza de seus objetivos. Podemos, no entanto, oferecer uma breve descrição do contexto em que sua existência produz sentidos.

Os espaços públicos de Belém passam por um momento de aprofundado descaso e anemia. O abandono por parte do poder público é sintomático quando tomamos como referência o exposto anteriormente sobre os fatores de recuo do caráter público do espaço. Praças como a do Triângulo ou Benedito Monteiro, localizadas em áreas periféricas da cidade, carecem de estruturas que garantam o acesso e permanência de indivíduos ou grupos justamente por não serem comercialmente apelativos na lógica do consumo. Mesmo a praça Floriano Peixoto, localizada em área central da cidade, figura hoje como um ponto de passagem², não de permanência, sendo ocupada apenas por seletos grupos que resistem ali, como o

2 Projetos de privatização deste espaço, assim como do Mercado de São Brás, importante patrimônio da memória da região, visam reformular os usos sobre o mesmo, de modo a transformá-lo em um espaço de consumo dirigido a grupos de maior poder de consumo. Atualmente a ideia de repensá-lo como um polo gastronômico tem ganhado força, a despeito das centenas de feirantes que o compõem e orbitam.

próprio *hip hop*, skatistas, ciclistas, etc., além de eventos artísticos pontuais. A praça Batista Campos é, em contraponto, a que mais representa uma conformação de formas de uso voltadas ao consumo, sendo amplamente utilizada para fins de lazer mas rodeada de opções de restaurantes, farmácias, lojas de departamentos, escolas, hospitais, etc. Um ponto central em um dos bairros mais nobres da cidade.

Mapa 1: Localização das praças estudadas



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Thomas PeterHurtienne (LAENA), 2019.

Segundo Bahia e Figueiredo (2012), desde a Belle Époque a cidade de Belém priorizou a criação e manutenção de espaços de lazer voltados para o consumo da burguesia local e de estrangeiros. Esse processo culmina na concentração de serviços públicos (mesmo os mais básicos) em áreas centrais onde o capital circula de forma mais intensa, beneficiando

a parcela da população de classe mais alta. As periferias da cidade, nesse contexto, são prejudicadas pela ausência de políticas públicas voltadas para si, conformando espaços precários, anêmicos do ponto de vista da visibilidade perante a totalidade da cidade.

Esses espaços públicos prejudicados pela lógica do consumo, no entanto, não representam recuos, apenas, mas potencialidades que podem superar a lógica hegemônica causadora dessas desigualdades na malha urbana. Essas potencialidades podem ser observadas e compreendidas, a nosso ver, através dos grupos e sujeitos que ocupam as praças enquanto forma de resistência, construindo uma nova forma de viver o espaço público em Belém.

CONTRA-USOS DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVAS SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS A PARTIR DA AÇÃO DO MOVIMENTO HIP HOP

Os grupos que agem nas praças, ruas e parques, com suas particularidades e formas ímpares de viver o mundo são justamente aqueles que podem nos ajudar a compreender as alternativas que apresentam os espaços públicos da cidade. Leite (2004) nos fala que a heterogeneidade e a diversidade são o caminho para pensar o freio do recuo do espaço público, portanto seria justo direcionar nosso olhar para os grupos que oferecem potencialidades analíticas neste sentido. Dentre os vários grupos que atuam nestes espaços podemos citar os coletivos de capoeira, os coletivos de arte, grupos de ciclismo, esportistas, artistas diversos, etc. O *hip hop* se apresenta, assim, enquanto um grupo de limitada representatividade em espaços de discussão e tomadas de decisão formais, mas que protagoniza ações diretas sobre os espaços que ocupa, dessa forma ele nos ajudará a compreender essas formas outras de pensar e viver a cidade.

Os sujeitos que constituem esse grupo, em Belém, são em sua maioria marginalizados por conta da cor, das roupas, da linguagem, do local de moradia, da música que consomem e lugares que frequentam. Essa mesma marginalização será responsável pela privação destes sujeitos ao acesso pleno de espaços que não são pensados para eles. O confinamento de jovens nas periferias urbanas não é um fenômeno recente, tampouco ocorre por acaso.

Delimitar a área de circulação da população pobre é uma forma de controle que pode ser encabeçada de diversas formas: pela oferta precária de transporte público, por códigos de vestimenta e conduta que fogem da realidade destas pessoas, pelos preços praticados em eventos e espaços que não foram “feitos para elas”. Mas, se por um lado esses sujeitos não fazem parte de uma lógica de consumo alheia às suas necessidades imediatas, por outro eles serão menos suscetíveis à sua alienação. Essa, segundo Raúl Zibechi (2015), é a potencialidade que as periferias urbanas possuem: sua capacidade de ruptura.

O *hip hop* é um movimento que está hoje em todo o mundo, incorpora premissas locais e globais nas periferias em que existe e pode ser compreendido enquanto elo entre distintas realidades que comungam características como a pobreza, a violência, e a discriminação, assim como as demandas que são agregadas em suas realidades locais.

Os movimentos sociais são, segundo Souza (1988), tipos de ativismos que buscam, por conta da natureza das reivindicações que apresentam, dos indivíduos que o compõem e da falta de representação institucional, uma afronta direta ao estado das coisas, buscando a promoção de mudanças. Neste trabalho consideramos o *hip hop* enquanto um Novo Movimento Social (NMS).

Gohn (1997) nos diz que os NMS são uma abordagem sobre as ações de movimentos pautados em demandas fortemente ligadas ao caráter identitário dos grupos que o compõem, fortemente ligado a uma visão sociocultural dos temas discutidos por estes e com lutas focadas em questões referentes ao acesso aos bens da modernidade pelos sujeitos, não alheios aos malefícios dos mesmos. Os novos movimentos sociais não agem ao nível das estruturas, do macro, mas sim em níveis e escalas mais locais, abordando demandas de grupos organizados de forma fluida, quando em comparação aos movimentos estudados através de uma vertente marxista clássica, organizados em sindicatos, por exemplo. As lideranças aqui são mais difusas, agregando um caráter mais cooperativo e participativo dos sujeitos que o compõem. Analisaremos a ação movimento hip hop através dessa ótica teórica.

Para fins de familiarização com os grupos de hip hop com que trabalhamos é justo indicar a organização do movimento. Ele é geralmente compreendido através da divisão em três dimensões e quatro elementos principais, ou clássicos. As dimensões são formas de organizações que se baseiam em preferências artísticas, os elementos são os sujeitos que dão vida a elas.

A dimensão musical, o *rap*, engloba o elemento do *DJ* (*disk jockey*), responsável pela mixagem e controle do som e o *MC* (mestre de cerimônias), responsável por animar a “galera”, fazer rimas e poesias.

A dimensão gráfica, o grafite, engloba o grafiteiro e a grafiteira, que imprimem graficamente os discursos do movimento nos espaços da cidade através de painéis de pintura ou muros que possam ser utilizados.

A dimensão da dança, o *break*, engloba os elementos do *B. Boy* (*break boy*) e da *B. Girl* (*break girl*). Esses elementos são responsáveis pela tradução, na dança, dos discursos e demandas que fazem parte do corpo do *hip hop*.

É através dessas dimensões (e principalmente dos elementos que as constroem) que o *hip hop* se apresenta enquanto uma forma de leitura das demandas que emanam das periferias, assim como das denúncias e das possibilidades alternativas.

As batalhas de *rap*, eventos que receberam maior atenção de nossa parte, são os que ocupam o espaço público de forma mais incisiva, mesmo que de maneira temporária. Se trata de expressões desses jovens que se inserem na cultura *hip hop* em uma das suas formas mais primordiais, o improvisado de rimas. Aqui os jovens se reúnem em roda para que dois *rappers* possam disputar e serem julgados pelo público e jurados selecionados. As progressões ocorrem em chaves de combate eliminatório que duram até que haja um vencedor na noite. O som que acompanha as batalhas podem ser de *beatbox*, improvisação de instrumentos ou com diversas formas de aparelhagens de som de que disponham os grupos.

A realização destes eventos nos espaços públicos, neste caso nas praças estudadas, podem nos oferecer importantes parâmetros para pensar os usos que tais grupos têm dado ao espaço, resignificando-o a partir de suas particularidades e demandas específicas.

Aqui cabe considerar que os usos desses espaços são reflexos diretos das relações estabelecidas pelos grupos que o ocupam, de modo que é salutar considerá-las. Leite (2004) nos fala sobre a importância de considerar os lugares enquanto pontos de referência dos sujeitos que vão ao espaço público. O lugar, para o autor, é considerado enquanto uma demarcação “física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos

diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 284).

O espaço público seria, portanto, o espaço de encontro destes lugares, logo, de suas particularidades, de suas diferenças. Os usos orientados pelas diferenças no espaço serão aqueles dos sujeitos que portam estas diferenças, de suas demandas e de seus lugares.

Aqui podemos pensar em contra-usos de forma plena. Se o hip hop é um movimento que é construído por sujeitos historicamente marginalizados, prejudicados pela lógica do consumo, silenciados, invisibilizados e confinados nas periferias da cidade, sua potencialidade se encontra nas possibilidades de rompimento com as forças hegemônicas que sobre eles buscam exercer domínio.

Se os espaços públicos na cidade de Belém são hoje pensados enquanto espaços de consumo, hierarquicamente organizados com base em sua localização e no público (consumidor, para utilizar a palavra adequada) para que se destina, assim como na sua capacidade de lucro, os seus usos ficam explicitamente expostos. Usos estes concebidos de cima para baixo, a partir de interesses do capital incorporados pelo Estado através de políticas públicas que moldam o espaço urbano segundo a lógica da acumulação (Lefebvre, 1991).

Pensar que estes espaços possuem usos direcionados apenas aos interesses citados acima seria no mínimo limitante em um esforço de compreensão das dinâmicas dos mesmos. Para além dos usos pensados hegemonicamente concordamos com Leite (2004) sobre a importância de pensar os outros grupos que também se inscrevem nos espaços públicos, ou os contra-usos do mesmo. O autor ressalta que esses contra-usos não anulam o lugar, mas reforça-o a partir do momento que torna explícitas as fronteiras das práticas simbólicas, as objetividades e subjetividades de grupos que possuem direcionamentos particulares sobre o espaço urbano.

Essa capacidade de promover o contato entre de lugares, ou um entre-lugar, como chama Leite (2004) é o que dota o espaço público da potencialidade de transformação através do reconhecimento das diferenças. A ação do Estado em prol de objetividades específicas vai, portanto, minar essa potencialidade e desequilibrar esse diálogo.

No que diz respeito ao hip hop, especificamente, as ações que visam invisibiliza-lo são escancaradas. Dentre as barreiras de acesso e permanência que podemos identificar ressaltamos a ineficiência de manutenção das praças, a falta de incentivo à realização de eventos (ou mesmo a proibição, em alguns momentos), a segurança precária, a marginalização dos grupos por setores da sociedade, dentre outras.

A presença do movimento nas praças que ocupa representa, acima de tudo, formas de resistência que caracterizam um modo de viver a cidade que surge das suas identidades. E mais ainda, surgem dos contatos. É a partir da polissemia que podemos verdadeiramente pensar mudanças na cidade (LEITE, 2004). A partir do momento que o hip hop ocupa o espaço público a despeito dos esforços de que se faça o contrário, antagonizando as barreiras impostas pelas forças hegemônicas, ele se impõe enquanto catalisador do fazer político no espaço, promovendo encontros com outros grupos e quebrando a inércia dos usos dos mesmos. É a negação da lógica capitalista que transforma o cidadão em consumidor (SANTOS, 2002) e a afirmação da validade da luta pela dignidade na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em desenvolvimento, que visa estudar a ação do hip hop em espaços públicos na cidade de Belém, tem como uma de suas principais preocupações a busca por um pleno exercício dos direitos cidadãos dos jovens que compõem o referido movimento.

Lefebvre (1991) fala sobre o direito à cidade, não no sentido da apropriação de uma cidade secular, estática e sem vida, mas da transformação de uma cidade que possa atender as demandas da população para além do consumo. O autor nos diz que a realidade urbana foi profundamente transformada pela lógica capitalista de produção, criadora de um sistema de significações que visam o consumo, reduzindo o cidadão a mero consumidor e a cidade à mercadoria, ou ao menos local de escoamento de mercadorias.

O recuo do espaço público, processo abordado na presente pesquisa, está diretamente relacionado com a transformação da cidade em mercadoria, visto que os sentidos alienantes que levam os indivíduos a se privarem de uma vida pública de contato com as diferenças que compõem a cidade são os mesmos que contribuem para que diferentes classes frequentem espaços diferenciados pela capacidade de compra e manutenção de padrões específicos de vivências (GOMES, 2014; LEITE, 2004). Um panorama em que o lucro substitui o lúdico e o simbólico, impedindo a criação de algo novo.

A superação deste modo de vida deve, segundo Lefebvre (1991), partir da inquietação de grupos ou classes inseridas nessa totalidade, responsáveis por propor iniciativas revolucionárias ou interventivas que poderiam solucionar os problemas urbanos vivenciados. O movimento hip hop, estudado por nós, representa a síntese de várias demandas sociais e políticas da vida urbana, que através da arte atribuem sentidos à própria luta e se apropriam de espaços, criando focos de resistência à lógica de consumo para a qual a cidade é direcionada.

Se, como afirma David Harvey (2012), o direito à cidade significa a capacidade de moldar o processo urbano, hoje sabemos que ele está confinado a uma elite política e econômica que trabalha cada vez mais para a criação de uma cidade que atenda seus interesses, deixando de lado o caráter democrático que deveria guiar este processo.

A luta de movimentos como o exemplificado acima pode ser considerada enquanto um esforço para uma vida urbana plena, renovada e transformada, que atenda às necessidades que vão além das ditadas pelo consumo, mas que podem justamente redefinir uma cidade do/para o cidadão, de forma democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. *Cartografias Culturais na Periferia de Caruaru: Hip hop construindo campo de luta pela cidadania*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ALVES, H. C.; OLIVEIRA, N. P.; CHAVES, A. D.. “A gente quer mostrar nossa cara, mano”:hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In: *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* – v. 24, nº 1. São Carlos, 2016. 39 – 52.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L.. Urbanização e Dinâmica do Lazer em Belém, Pará. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JUNIOR, S. C. (Org.) *Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012.

BARBIO, L. Jovens (sub)urbanos: o impacto do hip hop na produção de identidade sociais. In: *Fórum Sociológico* – vol. 2, nº 21. Lisboa, 2011.

CUENCA, J. Los Jóvenes que Vivenen Barrios Populares Producen más Cultura que Violencia. In: *Revista Colombiana de Psicología* – vol. 25, nº 1. Bogotá, 2016.

DUTRA, J. N. RAP: Identidade Local e Resistência Global. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

ESCHAVARRÍA, C. V.; LINHARES, A. M.; JUAN, F. DIMAS, R. Reinvidicar para permanecer... Expresiones de ciudadanía de um grupo de jóvenes hip-hop de la ciudad de Bogotá. In: *Revista de Estudios Sociales* – vol. 40. Bogotá, 2011.

GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GONZÁLEZ, M. M.; NAVARRO, H. S. Cultura Urbana Hip hop. Movimiento contracultural emergente em losjóvenes de Iquique. In: *Última Década* – nº 23. Valparaíso, 2005.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. In: *Lutas Sociais* – nº 29. São Paulo, 2012. 73 – 89.

LEFÈBVRE, H. O direito à cidade. In: *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. P.103-117.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LOPES, R. E. et al. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. In: *Saúde Soc.* – v. 17, nº 3. São Paulo, 2008.

MENEZES, J. A.; COSTA, M. R. Desafios para a Pesquisa: O campo-tema movimento *hip hop*. In: *Psicologia & Sociedade* – vol. 22, nº 3. Rio Grande do Sul, 2010.

MORENO, R. C.; ALMEIDA, A. M. F. O engajamento político dos jovens no movimento *hip-hop*. In: *Revista Brasileira de Educação* – vol. 14, nº 40. Campinas, 2009.

OLIVEIRA, P. D. L. de; SILVA, A. M.. Para além do *hip hop*: juventude, cidadania e movimento social. In: *Revista Motrivivência* – vol. 16, nº 23. Florianópolis, 2004.

RODRIGUES, G. B. *Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop*. In: *Cidades: revista científica / grupo de estudos urbanos* – vol 6, n.9. Presidente Prudente: expressão popular, 2009.

SANTOS, C. J. A insurgência do lugar em tempos de globalização: uma análise a partir da cultura *hip-hop*. In: *Revista Caminhos de Geografia* – v. 16, nº 54. Uberlândia, 2015.

SANTOS, M. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, R. L.; SILVA, R. N. Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o *Hip hop*. In: *Fractal Revista de Psicologia* – vol. 20, nº 1. Niterói, 2008.

SIMÕES, J. A. Entre percursos e discursos identitários: etnicidade, classe e gênero na cultura *hip-hop*. In: *Estudos Feministas* - vol 21, nº 1. Florianópolis, 2013.

STOPPA, E. A. “*TÁ LIGADO MANO*”: o *hip-hop* como lazer e busca da cidadania. 2005. 144f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

XAVIER, D. P. *Repensando a periferia no período popular da história: o uso do território pelo movimento hip hop*. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

ZIBECHI, R. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.